



COMÉRCIO

“Ainda não deitámos a toalha ao chão” na Papelaria Fernandes

Reduzida a 60 trabalhadores e 14 lojas abertas, a PF já tem em atraso os subsídios de Natal e de férias e o salário de Julho

ISABEL AVEIRO
 ia@negocios.pt

Assim, “nem é morrer na areia, é morrer já na duna”, desabafa José Morgado Henriques – “mas ainda não deitámos a toalha no chão”. O segundo maior accionista da Papelaria Fernandes (PF), com 25% do capital, garante que o facto de, na passada semana, o administrador da insolvência ter recomendado ao Tribunal de Comércio de Lisboa a liquidação da PF não o demove da intenção de tentar a recuperação até ser possível. E garante ter o apoio da Fundação Ernesto Lourenço Estrada, dona de 33%.

Neste processo, iniciado a 27 de Março de 2009, quando a administração da Papelaria Fernandes (PF) decidiu que iria avançar para o pedido de insolvência, o próximo passo espera-se para Setembro. É o que acreditam José Morgado Henriques e António Arriaga, presidente e administrador da empresa. Como tem carácter de urgência, não deverá ser travado pelas férias judiciais, esperam. E por isso no próximo mês deverá saber-se se a juíza que está com o dossiê concorda com o administrador da insolvência ou decide convocar nova assembleia geral de credores, para que se encontre nova solução.

Recorrer é possível

Mesmo que as coisas corram pelo pior e o Tribunal concorde com a liquidação, “pode-se sempre contestar uma decisão da juíza, com fundamentos. É um recurso possível”. Mas provável? Ainda é cedo para dizer, na opinião de Morgado Henriques, até porque a cada dia que passa a situação muda.

“Isto não é assistir, é participar na morte lenta da empresa, que não compreendemos”, afirma. Contra

370 empregados há um ano, a PF detém agora cerca de 60 postos de trabalho, avança Graça Medina, administradora. Os trabalhadores têm em falta o subsídio de Natal de 2009, de férias e o salário de Julho.

São 14 as unidades ainda abertas, depois de terem fechado as lojas de Aveiro, Vila Real, Antas, Beja, Cascais Shopping e Colombo. Estas duas unidades estiveram aliás no cerne do requerimento do liquidatário de insolvência de 4 de Agosto. Nessa data, porque terminava o prazo dado pela Sonae Sierra – que há um ano já vinha prorrogando as condições contratuais com a PF – para o arrendamento das lojas do Colombo e do Cascais Shopping, deveria ser assinada uma nova versão do plano de recuperação que Morgado Henriques tinha apresentado aos gestores de insolvência e à comissão de credores. Era o “acordo de enquadramento”, que fazia “ajustes” ao plano de insolvência aprovada pelo Tribunal (e depois suspenso por recurso do Ministério Público) que iria permitir a cedência daqueles activos à nova empresa, que faria a rentabilização nos próximos 21 anos.

Face ao plano inicial aprovado, Morgado Henriques explica que a diferença era a desistência das fases intercalares. Em vez de garantir seis milhões de euros de renda aos credores por fases (de 25% até ao sexto ano, de 50% até ao 11º e de 75% até ao 16º) era assegurado o mesmo valor só nos 21 anos. Esta versão do acordo não fora ainda aprovado pela juíza, mas mesmo assim foi marcada, às 14h22 de 4 de Agosto, a sua assinatura pelo administrador judicial para as 15h30 do mesmo dia, uma hora depois. Nesse mesmo dia, garante Morgado Henriques, o pedido de liquidação seguiu para tribunal.



José Morgado Henriques | Accionista e presidente da Papelaria Fernandes espera que em Setembro o tribunal já tenha decidido s

NUNO LÍBANO MONTEIRO

“Insolvências tendem a ser apresentadas tarde demais”

Nuno Libano Monteiro acredita que “por falta de formação dos agentes, talvez por uma questão cultural – que se resolve – tende a apresentar-se a insolvência (no sentido de parar para reestruturar a empresa) tarde demais”. O advogado da PLMJ – A.M. Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins, Júdice e Associados não conhece o dossiê da Papelaria Fernandes, e por isso recusa-se a falar sobre ele. Mas nos últimos anos, acompanhou muitos outros, o último dos quais da cooperativa Alicoop, dona dos supermercados Alisuper, que destaca como um bom exemplo, e rápido, de resolução de uma situação-limite.

Portugal tem “a melhor lei para reestruturar uma empresa”, garantem os seus colegas juristas alemães da comitê de insolvências da IBA – International Bar Association. Os diplomas legais português e alemão são semelhantes em muitos aspectos, menos nas médias para resolver o dossiê: três semanas para os germânicos são no mínimo 60 dias em território nacional. Muitas vezes mais. “A lei obriga a fazer melhor”, defende Nuno Libano Monteiro, a vários níveis. Em primeiro lugar, as críticas recaem sobre os administradores de

insolvência. Porque muitos são “ex-liquidatários” e pouca ou rara formação têm em gestão de empresas. Libano Monteiro denota em muitos casos menos interesse em reestruturar do que pressa em liquidar.

O advogado considera que seria “decididamente interessante” expandir a possibilidade de os administradores nomeados pelo tribunal poderem pedir aconselhamento a consultoras com experiência em reestruturar empresas. Tomando o caso da Alicoop, empresa com cerca de 500 colaboradores, Libano Monteiro faz um resumo do que ali correu “bem” e que poderia ser parcialmente repetido noutros casos: a interação entre a administração (do devedor, que se manteve) e os credores; a postura do credor institucional Estado, “porque percebeu que era uma questão social grave, o que nem sempre acontece”; diálogo entre todos os intervenientes em sede de assembleia de credores; e adopção de ligação com a consultora da gestão.

O que correu “muito bem” foi mesmo “a articulação com o juiz”, que percebeu que tinha um “fenómeno social” e adaptou a lei à realidade económica”. **IA**

Por falta de formação dos agentes (...) tende a apresentar-se a insolvência tarde demais.

No caso da Alisuper o juiz percebeu que tinha na mão um fenómeno social, adaptou a lei à realidade económica.

NUNO LÍBANO MONTEIRO
 Advogado da PLMJ



Marta Poppe

EM RISCO DE FECHAR A REDE TODA DE LOJAS

A equipa à qual cabe, por lei, a gestão corrente da Papelaria Fernandes teme que, por este andar, a rede feche toda. Os empregados estão a sair todos os dias - ainda esta semana foram cerca de 20 postos de trabalho que foram reduzidos com o encerramento das lojas dos centros comerciais Colombo e CascaShopping.

60

O grupo Papelaria Fernandes tem uma força laboral de 60 pessoas actualmente. Há um ano, contava com 370 trabalhadores.

14

A rede operacional de unidades de retalho da PF está neste momento reduzida a 14. Encerraram 5 no semestre.

17

Administração da Papelaria Fernandes decidiu avançar para a insolvência a 27 de Março de 2009, há 17 meses.

4

Foi o dia de Agosto em que o administrador marcou a reunião, para assinar o Acordo de Enquadramento da PF.



e a liquidação avança.

IDEIAS-CHAVE

PROPOSTAS PARA RELER O CÓDIGO DAS INSOLVÊNCIAS

LIMA GESTÃO DA INSOLVÊNCIA mais virada para a reestruturação do que para a liquidação, com possibilidade de pedir o apoio a equipas de consultores externos.

INSOLVÊNCIA É UM FENÓMENO económico, não jurídico e o processo não está pensado para a reestruturação. É necessário agregar o que é possível, empresarialmente, para acelerar o processo frente ao juiz.

POSSIBILITAR A VENDA INICIAL de activos. Separar "bom" e "mau" património e permitir a sua rentabilização sob garantia de pagamento aos credores.

PERMITIR MEIOS ALTERNATIVOS de credores em situação de litigância, nomeadamente a arbitragem, a mediação ou a conciliação.

INCENTIVAR A CRIAÇÃO de sindicato de credores, especialmente quando são bancos, que passaria a presidir a comissão.